

A lei penal não diminui preconceito contra LGBTs, por Jean Wyllys

Em artigo exclusivo, ex-deputado federal argumenta que criminalização não reduz homofobia e que é mais eficaz promover respeito e garantir igualdade de direitos

[\(O Globo, 20/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A gente precisa separar a discussão jurídica da política. A defesa da criminalização da homofobia realizada na audiência do Supremo por Paulo Iotti — um dos melhores advogados de direitos humanos desse país — foi brilhante. E eu acho que, do ponto de vista jurídico, ele está coberto de razão: existe uma omissão do Legislativo em relação a um mandato constitucional, já que não é possível dar à homofobia um tratamento legal diferente do que é dado ao racismo da cor da pele — que é criminalizado, assim como o antissemitismo. Contudo, isso é o aspecto jurídico. Do ponto de vista da política pública, eu não acredito nesse tipo de solução, nem para o racismo, nem para a homofobia.

Ao longo dos meus oito anos de mandato no Congresso Nacional, eu defendi que a superação da homofobia e de outras formas de preconceito — que são produto de um problema social, educacional, cultural e político — não virá do direito penal. As promessas de resolver tudo com mais penas, mais presídios, mais armas e mais repressão podem levar tranquilidade a algumas pessoas, mas nunca produzem efeitos na vida real.

Agora, bem, em primeiro lugar, precisamos entender que criminalização é essa. Por um lado, existem crimes já previstos no Código Penal: assassinato, estupro, lesões, ameaças, etc. Tudo isso já está na lei e dá muitos anos de cadeia (o que, nesses casos, está certo, já que são crimes violentos para os quais não temos outra punição melhor). O problema é que quase ninguém é condenado na prática, porque, também pela LGBT-fobia, esses crimes

geralmente não são bem investigados.

A criação de um tipo penal novo não vai reduzir o número de crimes de ódio contra LGBTs, que é alarmante: são mais de 300 assassinatos por ano no Brasil, que geralmente ficam impunes.

Eu seria a favor de reconhecer expressamente na lei a “motivação torpe” quando esses crimes forem cometidos por LGBT-fobia. Quando alguém mata outro pelo fato de ser homossexual, bissexual ou trans, teria a pena agravada de alguma forma, não necessariamente mais tempo de prisão. Pode ser uma pena acessória, socioeducativa, que cumpra enquanto está preso e vise fazer com que reflita sobre seus preconceitos. Porém, ainda temos o problema da aplicação da lei pelas forças de segurança e o Judiciário: se não combatermos a LGBT-fobia institucional, esses crimes continuarão impunes.

Por outro lado, temos outras ações homofóbicas não-violentas, que não produzem, hoje, efeitos penais. Por exemplo, se alguém me chama de “ambulante” por ser gay, como Bolsonaro fez comigo, ou se alguém demitir uma funcionária ao ficar sabendo que ela é lésbica. Deveríamos regulamentar melhor as ações cíveis, trabalhistas, etc., mas a pergunta é se quem faz aquilo deveria ser preso. Eu não acredito que seja a melhor solução.

Seria muito mais eficaz, como foi feito em outros países, garantir a plena igualdade de direitos à população LGBT, educar contra o preconceito nas escolas e que o Estado tenha políticas públicas em todos os níveis para combater a LGBT-fobia e promover o respeito e a celebração da diversidade. Quer dizer, mudar a cultura em que essa violência homofóbica prolifera. Sobre tudo isso, eu apresentei projetos de lei no parlamento. Acredito também que outras coisas podem ser feitas por outros setores da sociedade, não é só o Estado. Os veículos de comunicação, por exemplo, deveriam explicar que não existe nenhuma “ideologia de gênero” e que nunca existiu nenhum “kit gay”, em vez de reproduzir essas asneiras. O discurso de ódio, sobretudo na política, deveria ser repudiado por todos.

A visibilidade positiva também ajuda: o beijo gay e a história de um menino trans em novelas da Globo foram mais úteis para combater o preconceito que uma lei penal. Quando pessoas famosas e bem-sucedidas saem do armário,

isso também ajuda. Se um dia algum presidente brasileiro fosse na parada LGBT, como o primeiro-ministro do Canadá faz, seria ótimo. Há muitas outras coisas que podem ser feitas por diversos setores, que ajudariam a mudar de verdade a situação, reduzir o preconceito, melhorar a vida das pessoas LGBT desde a infância e a adolescência até a velhice, reduzir a violência, construir uma sociedade mais amigável para todos e todas.

A lei penal não serve para isso. Quando é aplicada, acaba sempre punindo os mais pobres e os que não tem poder. Mesmo que a criminalização da homofobia for aprovada, Bolsonaro, Malafaia e Marco Feliciano, por citar três homofóbicos de carteirinha que fazem muito, dia e noite, para aumentar o preconceito e a violência contra LGBTs na sociedade, não vão ser presos, até porque todos eles já poderiam ter sido presos por outros crimes e não foram. Quem vai ser preso? Talvez um rapaz negro e pobre que chamou outro, branco e de classe média, de veado.

E, mesmo se não fosse assim, se a gente fosse colocar alguma punição contra a homofobia na lei, eu preferia penas socioeducativas, que permitam combater de fato os preconceitos em vez de trancafiar mais pessoas nos presídios, o que só faz delas pessoas piores e com mais raiva.

Contudo, como eu disse, se aplicássemos a lei do racismo aos casos de homofobia, a homofobia seria de fato criminalizada. E aí o Paulo Iotti tem razão: não dá para tratar de forma diferente, porque, de fato, a homofobia é uma forma de racismo. A tese jurídica que o PPS e a ABGLT levaram ao Supremo é correta, mas eu acho que deveríamos mudar o foco e a resposta global que damos a todas as formas de preconceito, em vez de acreditar que a criminalização vai resolver esses problemas.

** Jean Wyllys é ex-deputado federal*

Aborto legal: a Argentina mostra o caminho, por Jean Wyllys

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto impulsionado pelo movimento de mulheres, que agora passa ao Senado, onde também deve receber aprovação

[\(El País, 18/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A Argentina fez de novo. Como em 2010, com outro governo, quando aprovou o casamento civil igualitário depois de um amplo debate social, agora os hermanos deram o primeiro passo para [legalizar o aborto seguro e gratuito](#). Na manhã desta quinta-feira, depois de uma sessão que durou mais de vinte horas e virou a noite, com milhares de mulheres nas ruas e um inédito “ibope” na transmissão online, em clima de Copa do Mundo sem futebol, a [Câmara dos Deputados aprovou](#) o projeto impulsionado pelo movimento de mulheres, que agora passa ao Senado, onde também deve receber aprovação.

O debate foi lindo de se ver. Houve, é claro, alguns discursos bizarros, como há no parlamento brasileiro, mas também houve dezenas de excelentes argumentações jurídicas, políticas e filosóficas. Três ministros da Saúde (o atual, do governo Macri, e dois ex-ministros de Néstor e Cristina Kirchner) expuseram suas opiniões nas audiências públicas prévias à sessão e defenderam a [legalização do aborto](#) com dados e estatísticas que mostram que é uma questão urgente para a saúde pública. Os ministros explicaram que a proibição do aborto não reduz sua prática, que o aborto clandestino é a principal causa de mortalidade materna e que os países que legalizaram reduziram não só esse índice, como também, inclusive, o número de abortos.

Ao todo, houve mais de 700 expositores, a favor e contra, em audiências públicas que duraram semanas e foram televisionadas. Todo o país acompanhou o debate e a maioria da população, segundo as pesquisas, apoia a legalização. Na sessão definitiva, uma articulação transversal, formada principalmente por deputadas mulheres de todas as bancadas (e lá são muitas mais que aqui!), conduziu o debate e venceu na votação. Deputadas da situação e da oposição trabalharam juntas pelos direitos das mulheres,

como se fossem uma única bancada.

O debate no plenário deixou claro o que nós sempre dizemos aqui no Brasil: a discussão sobre o aborto não é sobre a possibilidade da sua prática, nem é uma discussão moral ou religiosa, mas apenas uma decisão de política pública sobre como os abortos serão realizados. Com ou sem lei, as mulheres abortam. Mulheres de direita e de esquerda, ricas e pobres, crentes e não crentes, de todas as idades. A diferença é que as que podem pagar abortam de forma segura em uma boa clínica particular, enquanto as mais pobres recorrem a métodos perigosos que colocam sua saúde e sua vida em risco. E muitas morrem.

As alternativas não são “aborto sim” ou “aborto não”, mas aborto legal, seguro e gratuito ou caro, inseguro e clandestino.

Os que se opõem à legalização do aborto dizem que defendem a vida, mas, na verdade, defendem um status quo que mata milhares de mulheres. Isso precisa mudar e os deputados e as deputadas da Argentina assim o entenderam graças à mobilização de milhares de mulheres que colocaram essa pauta na agenda legislativa do parlamento. As ruas marcaram o caminho.

A vitória das mulheres argentinas deveria nos ajudar a entender, [também no Brasil](#), que a legalização do aborto é uma dívida da democracia e uma questão urgente. Eu sou autor do PL 882/2015, cujo conteúdo é muito semelhante ao da lei aprovada pelos deputados argentinos. Mas, infelizmente, nesse Congresso ultra-conservador que nós temos, o debate está interdito, proibido.

Eu espero que isso mude — ou, se não mudar, que o povo mude o Congresso! Não podemos ficar sempre atrás, presos do fundamentalismo religioso e sua compreensão medíocre de problemas tão urgentes. O Brasil precisa entrar ao século XXI! A imensa maioria dos países desenvolvidos legalizou o aborto há muitos anos e os resultados foram a redução do número de abortos e a proteção da vida e da saúde das mulheres.

Que [o grito das argentinas](#) — e também das brasileiras que o Congresso faz

de conta que não ouve — chegue também aos gabinetes de Brasília: educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar e aborto legal para não morrer!

Jean Wyllys, deputado federal pelo PSOL-RJ, é autor do projeto de lei que propõe a legalização do aborto no Brasil até a décima segunda semana.

Aborto legal, seguro e gratuito, por Jean Wyllys

Câmara dos Deputados, tomada por fundamentalistas e conservadores, não aceita sequer iniciar o debate para evitar as mortes de mulheres por abortos inseguros

[\(O Globo, 08/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Congresso argentino, por iniciativa do governo Macri, após muitos anos de luta dos movimentos de mulheres, começou a debater a legalização do aborto. Todo dia, a Câmara dos Deputados realiza audiências públicas, transmitidas ao vivo na TV e na internet, com a participação de centenas de especialistas, ativistas e representantes de instituições que são a favor e contra a legalização da interrupção voluntária da gravidez no sistema público de saúde, que viria acompanhada de políticas para prevenir a gravidez indesejada. Depois das audiências, o projeto será discutido e votado pelo Parlamento. Espero que seja aprovado.

Foi o mesmo método — debate público e ampla participação cidadã — usado oito anos atrás para a legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, no governo de Cristina Kirchner. A Argentina foi o primeiro país da América Latina a reconhecer esse direito aos homossexuais. Dois presidentes de diferente orientação ideológica entenderam a necessidade de debater sem medo os direitos que o Estado ainda negava às mulheres e à população

LGBT.

Mas a decisão surpreendente do governo argentino, de centro-direita, não foi fruto, apenas, da boa vontade do presidente, como tampouco foi no caso do casamento igualitário durante o governo anterior. Nos últimos anos, centenas de milhares de mulheres encheram as ruas do país para lutar pela igualdade salarial, contra a violência de gênero, por uma educação não sexista, contra o machismo, pela criminalização do feminicídio e, também, pela legalização do aborto. O movimento #NiUnaMenos, que nasceu na Argentina e se espalhou pelo mundo, aproveitou o exemplo da luta da população LGBT pelo casamento civil, entre outras experiências. As pesquisas mostram que entre 60% e 70% do país apoiam a legalização do aborto, um dado que os políticos levam em consideração.

Em escolas, universidades, bairros, nas redações dos jornais e nos ambientes de trabalho, milhares de mulheres levam o lenço verde da campanha pelo aborto legal, seguro e gratuito. Recentemente, a premiada escritora Claudia Piñeiro o levou para fazer o discurso inaugural da Feira Internacional do Livro de Buenos Aires. Foi bonito!

No Brasil, infelizmente, estamos muito atrás. O casamento igualitário foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, após uma representação do meu mandato assinada pelo PSOL e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro, mas o Congresso faz de conta que não sabe e se recusa a reconhecer na lei o que de fato já existe: os casais formados por gays e lésbicas já podem se casar.

E o aborto é tabu. Em 2015, eu apresentei o projeto de lei 882, inspirado na campanha pelo aborto seguro, legal e gratuito da Argentina e nas leis espanhola e uruguaia, e elaborado em parceria com movimentos feministas. Mas a Câmara dos Deputados, tomada por fundamentalistas e conservadores, não aceita sequer iniciar o debate desse projeto tão necessário para evitar as mortes de mulheres por abortos inseguros e garantir o direito de todas elas a decidir se e quando querem ter filhos, porque a gravidez é escolha, e não destino. Meu projeto também garante a educação sexual, a prevenção da gravidez indesejada e o acesso aos métodos contraceptivos.

Tomara que o Brasil aprenda a lição dos nossos hermanos. Ainda estamos a tempo de ingressar no século XXI.

Jean Wyllys é deputado federal (PSOL-RJ)

O caso de Jean Wyllys ou dois pesos e duas medidas, por Lilia Schwarcz

O que se discute é um processo de mais longo curso. Como efetivamente enfrentar a homofobia? Como fazer valer direitos da comunidade LGBT? Como lidar com um modelo que padece de dois pesos e duas medidas?

[\(Nexo Jornal, 02/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma vez que esta é minha primeira coluna do ano, seria de bom alvitre dar a ela um tom de celebração, mais apropriado a um “novo começo”. Desejo, sinceramente, que tenhamos um 2017 mais generoso do que foi 2016; esse ano que não deixa muitas saudades.

O fato é que o ano que agora mora no passado legou uma imagem dura de festejar. Se a história ensina que o tempo não volta atrás, o certo é que 2016 há de ficar na memória como um período em que praticamos a dança do dois passos para frente e três para trás.

Com o objetivo de evitar o recurso à retrospectiva, seleciono aqui apenas um caso, mas que tem a capacidade de iluminar vários outros. Além do mais, escolho um exemplo que terá seu desenlace final apenas neste ano de 2017. Hora, portanto, de abrir o calendário e prestar atenção nele.

Refiro-me ao processo que ainda corre na Câmara em torno do caso do deputado federal Jean Wyllys de Matos Santos, do PSOL (RJ), cujo mandato

pode estar em perigo. Para aqueles que não lembram do evento, convido a que recuem comigo até 17 de abril de 2016: dia da votação do impeachment da presidente Dilma. Já escrevi a respeito dessa sessão, aqui no Nexo, e não pretendo voltar a analisar esse triste momento de nossa história, quando parte significativa de nossos deputados federais demonstrou abuso de personalismo e do palanque. Vou me ater, pois, a um episódio que ganhou as manchetes de nossos noticiosos: a cuspidada que o deputado do PSOL deu em seu colega de Parlamento, Jair Messias Bolsonaro, do PSC.

Tomada em si mesma, a atitude poderia ser considerada como “falta de decoro parlamentar”. Aliás, foi nesses termos que se abriu o processo – de número 110.482/2016 –, apresentado, entre outros, pelo Sr. Alexandre Frota de Andrade e pelo deputado Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). Mas um evento público como esse sempre traz consigo uma série de significados em disputa. Vamos, portanto, com calma nessa contabilidade complicada da nossa Câmara dos Deputados, que tem “razões que a própria razão desconhece”.

Não é preciso acreditar em história de cegonha ou em Papai Noel para reconhecer que notícias e imagens são passíveis de muita manipulação. Também sabemos que nem tudo o que se vê é tão somente o que ocorre. Por exemplo, no caso em questão, uma prova fundamental da acusação foi justamente um vídeo postado pelo deputado Eduardo Bolsonaro – o filho da “vítima” – em sua página do Facebook no dia 18 de abril. A divulgação do vídeo tinha o objetivo de mostrar que o gesto de cuspir fora premeditado; para tanto, Eduardo editou o material e tomou a consequência como causa. Ou seja, apresentou Jean Wyllys comentando com o deputado Chico Alencar – “eu vou cuspir na cara do Bolsonaro!”. Na verdade, ele apenas constatou o que fizera: “eu cuspi na cara do Bolsonaro”. Aqui o tempo verbal não é mero detalhe, assim como o resultado da acareação: o vídeo foi desconsiderado, julgado fraudulento, mas, mesmo assim, o processo, do qual o material era prova cabal, continua vigente.

Há, ainda, mais fumaça nessa fogueira. Qualquer advogado de defesa ou promotor aprende que, para bem avaliar uma história, é preciso recorrer a seus antecedentes e fazer um balanço da “cena do crime”. Não é de hoje, por exemplo, que o deputado Jair Bolsonaro toma atitudes de violência de

gênero, com direito a demonstrações de homofobia e de desrespeito diante dos colegas que não seguem sua cartilha moral.

Jair Bolsonaro já ofendeu a deputada Maria do Rosário (PT-RS), em episódio registrado pela TV Câmara, chamando-a, ainda nos idos de 2013, de “vagabunda”, ou dizendo que não a estuprava porque “ela não merecia”. Em dezembro de 2014, voltou à carga. Afirmou que “jamais iria estuprar” a deputada, porque ela “não merecia”. Explicou que a considerava “muito feia” e concluiu: “não faz meu gênero”. A frase não poderia ser mais reveladora. Gênero é aqui afirmação de masculinidade, mas é também questão de gosto. Como diz o provérbio: “gostos não se discutem”; mas se lamentam (e muito).

Também ficou famoso o episódio em que Jair Bolsonaro agrediu uma repórter da Rede TV nos corredores da Câmara, chamando-a de idiota, ignorante, analfabeta. E terminou, galante: “Estou cagando pra você, Estou me lixando pra você!, Fora daqui, vai”. A coleção de frases do deputado do PSC constitui prova fidedigna de como, sistematicamente, ele afronta nossos direitos civis mais elementares. Uma vez deu conselhos a um pai de que se o filho era “meio gayzinho”, o melhor era “levar um couro”. E finalizou: “A gente precisa agir”. Para que entendamos melhor a mensagem, vale recorrer a uma declaração proferida pelo mesmo político mas em outra circunstância: “Qual pai tem orgulho de um filho gay? ... Vocês estão destruindo a família com essa hipocrisia de homofobia, palavra fácil. Vivem das tetas do governo”.

SE A CÂMARA DECIDIR DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO QUE ENVOLVE O DEPUTADO DO PSOL, O CERTO SERIA ABRIR MAIS UM OUTRO: CONTRA JAIR BOLSONARO

Enfim, livre pensar é só começar, mas essas frases, emitidas sem pejas e de forma reiterada, são indícios barulhentos de como o deputado do PSC tem como prática desfazer de qualquer orientação política, sexual, religiosa ou cultural com a qual não comungue.

E dentre seus principais alvos está, justamente, o deputado Jean Wyllys, assumidamente homossexual, defensor dos direitos civis e das minorias, e eleito por duas vezes com grande número de votos. E a história é antiga. No

dia 29 de junho de 2011, durante reunião do Conselho de Ética e Decoro, Jair Bolsonaro atacou o deputado do PSOL dizendo que havia “um parlamentar presente que não fica chateado quando é chamado de viado”. Durante a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, de 13 de março de 2013, Jair Bolsonaro ergueu um cartaz onde se lia “queimar rosca todo dia”.

Em 29 de junho de 2012, na audiência pública da Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados, o deputado Jair Bolsonaro acusou Jean Wyllys e demais membros da Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBT de “estimular” e desencaminhar crianças, com a distribuição de cartilhas de orientação homoafetiva. Em 7 de maio de 2015, Bolsonaro chamou o deputado do PSOL de “elemento”, “hipócrita” e “idiota”, e daqueles que “usa papel higiênico para limpar a boca. Ainda de posse do microfone, completou seu pensamento com frase lapidar: “O último órgão do aparelho excretor, porque tem um deputado aqui que ama esse órgão”.

Mas antes que essa coluna fique com jeito de seriado, daqueles em que o suspense segue para o próximo capítulo, é tempo de voltar ao caso que motivou este texto: “a polêmica em torno da cuspidinha”. Mais uma vez, e agora usando uma lente de aproximar, vale focar melhor a cena e chegar a seus bastidores. Foi durante aquela sessão histórica, bem na hora em que Jean Wyllys se dirigia à tribuna, que Bolsonaro gritou: “viado, queima-rosca e boiola”. Assim que o deputado do PSOL terminou sua fala, Jair Bolsonaro aproximou-se dele, sendo filmado por seu filho Eduardo, e repetiu uma expressão acompanhada por trejeitos afeminados. “Tchau querida!”, insistiu ele à frente de várias testemunhas. Questionado algum tempo depois, o deputado do PSC alegou que a frase nada tinha de pejorativo e se dirigia à presidente que estava prestes a perder o cargo. Como o significado de uma frase se dá sempre em contexto, é mesmo difícil acreditar na idoneidade da interpretação.

Há, também, a gota d’água: a homenagem que Jair Bolsonaro fez ao coronel Brilhante Ustra, em sua breve fala. Censura não se aplica, jamais. Mas vale questionar a menção positiva e a ocasião escolhida. Ustra foi um conhecido torturador da ditadura militar, que ficou famoso por sua expertise, entre

outros, em seviciar mulheres presas por acusação de terrorismo. A frase do deputado do PSC não era portanto inocente ou aleatória. Tratava-se de evidente ato de desrespeito à Dilma Roussef que, como é notório, padecera nas mãos desse mesmo militar.

Por essas e por outras é que se a Câmara decidir dar continuidade ao processo que envolve o deputado do PSOL, o certo seria abrir mais um outro: contra Jair Bolsonaro, que tem sistematicamente violado princípios constitucionais, promovendo o ódio contra minorias sexuais. Como explicar o fato do deputado do PSC jamais ter recebido qualquer advertência, mesmo diante de tantas atitudes discriminatórias? Não há falta de decoro em ofensas que advogam abertamente a homofobia? Se ninguém está acima da justiça — e todos nós temos a obrigação de oferecer explicações para atos considerados dolosos — é preciso, porém, vigiar a própria atuação da Câmara, exigindo que ela analise, em igualdade de condições, a todos os envolvidos.

Não há como esquecer, por fim, os autores desse processo. De um lado está o ator e diretor Alexandre Frota, que costuma referir-se a Jean Wyllys nos seguintes termos: “mocinha”, “cobra venenosa”, “aririnha”, “sujeito sujo e desonesto”, “puta”, “lixo em pessoa”, “esmagador de linguíça”, “desqualificado” e assim vamos. Outro nome diretamente implicado no caso é o deputado e pastor Ezequiel Teixeira, que foi quem protocolou a representação para que a Mesa Diretora da Câmara de Deputados encaminhasse ao Conselho de Ética o pedido de processo disciplinar contra o deputado do PSOL. O mesmo Ezequiel Teixeira que ficou famoso quando atuou, por dois meses, como Secretário Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Nessa época, o político discorreu sobre sua posição contra o casamento homoafetivo e ainda afirmou acreditar na “cura gay”, comparando a homossexualidade a doenças como Aids e câncer.

“PERDER”, NESSE CASO, NÃO LEVARÁ APENAS A UMA CONDENAÇÃO INDIVIDUAL; SOMOS TODOS NÓS QUE SAIREMOS LESADOS EM NOSSOS DIREITOS MAIS BÁSICOS.

A Constituição Federal, já em seu preâmbulo, assegura o exercício dos

direitos sociais e individuais “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”. Mesmo assim, a lei é ainda pouco acionada. Tanto que uma pessoa da comunidade LGBT é morta a cada 27 horas no Brasil em razão de homofobia. Somente no ano de 2015, foram 318 assassinatos.

A perda do mandato de um deputado está prevista apenas em casos excepcionais e de clara comprovação de crime contra o Estado. Jean Wyllys, ao contrário, tem feito carreira solo na defesa das minorias e na luta pelo direito à diferença; termômetros seguros de uma democracia saudável.

Toda história tem um antes e um depois: um contexto também. No caso do processo que envolve Jean Wyllys - um político eleito por três vezes, pelo prêmio “Congresso em Foco”, como o melhor deputado federal do Brasil - a medida mais lembra a metáfora de uma balança desequilibrada.

O que se discute aqui, portanto, não é apenas o ato de Jean Wyllys, mas antes um processo de mais longo curso. Como efetivamente enfrentar a homofobia? Como fazer valer direitos da comunidade LGBT? Como lidar com um modelo que padece do, assim chamado, dois pesos e duas medidas?

Ao que tudo indica, e se correr sem interrupções ou novos desenlaces, o processo movido contra o deputado Jean Wyllys, ainda pode durar longos três meses. Esse é, pois, um bom motivo para começarmos este ano praticando a pressão e a vigilância cidadãs. Só assim será possível arquivar uma pena injusta e seletiva.

“Perder”, nesse caso, não levará apenas a uma condenação individual; somos todos nós que sairemos lesados em nossos direitos mais básicos. Na verdade, são os brasileiros que acreditam na diferença e na pluralidade que estão sendo julgados; junto com Jean Wyllys.

Que 2017 chegue oferecendo provas de apego irrestrito à justiça, à cidadania, à equanimidade e à igualdade; direitos que não temos como delegar ou abrir mão.

Ps: ainda no final de 2016 causou indignação a notícia da morte de Luiz Carlos Ruas, um vendedor ambulante que circulava nas imediações da

estação Pedro 2º do Metrô de São Paulo. Não se sabe ao certo se ele faleceu ao proteger uma travesti ou um morador de rua, homossexual, e que morava nas redondezas. O que não se discute é como esse foi mais um crime motivado por violência de gênero. A sociedade brasileira é que sai lesada quando se incita ou admite a homofobia.

Lilia Moritz Schwarcz é professora da USP e Global Scholar em Princeton. É autora, entre outros, de “O espetáculo das raças”, “As barbas do imperador”, “O sol do Brasil” e “Brasil: uma biografia”. Foi curadora de uma série de exposições dentre as quais: “Um olhar sobre o Brasil” e “Histórias Mestiças”. Atualmente é curadora adjunta do Masp.

O que pensam os homossexuais que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys

(BBC Brasil, 08/06/2016) “Esse vídeo vai ser sobre uma pessoa ilustre, sobre uma grande figura. É um deputado federal chamado Jair Messias Bolsonaro.”

De costas para um armário de madeira e usando um fone de ouvido como microfone, o arquiteto Clóvis Smith Hays Júnior, de 28 anos, grava em sua casa em São Paulo mais um dos vídeos que costuma compartilhar com seus 34 mil seguidores no Facebook, onde ele se apresenta como um “gay de direta”.



Smith Hays tem 34 mil seguidores no Facebook, onde se apresenta como um 'gay de direita' (Foto: Arquivo Pessoal)

“Não tem como eu votar em Jair Messias Bolsonaro. Sabe por quê? Porque eu não sou do Rio de Janeiro (Risos). Se eu fosse do Rio de Janeiro, pode ter certeza que o meu voto seria dele. Nossa, mas como assim, você é um gay e você vai votar no Jair Messias Bolsonaro? Pois é, pois escute bem.”

Em sua página na rede social, Smith Hays, como é conhecido, publica mensagens contra a chamada agenda LGBT, o “kit gay” e as “feminazis” e elogia Trump e o capitalismo.

Ele é um dos representantes de um grupo que tem crescido na internet: o de

homossexuais que, contrariando o senso comum, se identificam mais com Bolsonaro (PSC-RJ) do que com o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o único político declaradamente gay no Congresso Nacional.

Uma busca no Facebook revela dezenas de páginas com os termos “gay de direita” ou “gays por Bolsonaro”, onde conteúdos semelhantes ao de Hays são veiculados.

Seus administradores dizem que boa parte delas foi criada após as eleições de 2014, em meio à polarização política vivida no país e em contraposição ao que consideram uma predominância de “pensamentos de esquerda” no movimento LGBT.



Hays faz críticas aos militantes LGBT em sua página (Foto: Reprodução)

Estimulado por uma eleição, esse grupo anseia por outra, a corrida presidencial de 2018. Muitos defendem Bolsonaro como um forte candidato.

“Apoiaria Bolsonaro para 2016 se fosse possível. É preciso fazer uma reviravolta nesse país. Não acho que se escolhe um presidente porque se gosta ou não da sexualidade alheia, mas porque ele é bom ou não”, diz Junior Oliveira, de 31 anos, membro de uma destas comunidades no Facebook.

Os motivos que o levam a exaltar o deputado se repetem nas falas de outros de seus apoiadores na comunidade gay ouvidos pela BBC Brasil. As opiniões de Bolsonaro sobre o porte de armas e a pena de morte estão entre algumas das razões mais citadas.

“Defendo a castração química em caso de estupro e o porte de armas. Pena de morte... por que não? Por que uma pessoa não pode fazer um crime brutal e pagar com a própria vida? Temos leis muito brandas nesse país”, diz Junior.

Declarações polêmicas



Há várias comunidades de 'gays de direita' no Facebook (Foto: Reprodução)

As declarações polêmicas do deputado sobre homossexuais não parecem afetar esta admiração. Em entrevistas de 2014, Bolsonaro chegou a dizer que os gays eram “fruto do consumo de drogas” e que “ter filho gay é falta de porrada”.

Mas, para quem participa destas comunidades na internet, esse assunto é coisa do passado. Eles dizem que Bolsonaro teria revisto suas posições.

“Ele já se retratou. Pensava que gays eram todos do mesmo tipo, mas viu que há gays casados, que pagam impostos e têm um relacionamento sem afrontar a sociedade”, diz o artista plástico Leonardo Estellita, de 32 anos,

coordenador do Movimento Brasil Livre na Região dos Lagos, no norte do Estado do Rio.

“Não vejo como contradição apoiá-lo. Bolsonaro prega o respeito à diferença. Mas ele ainda precisa ser lapidado, como aconteceu com o Lula ao longo de quatro eleições.”

No entanto, em cena da série documental *Gaycation*, do canal Viceland, divulgada neste ano, o deputado disse que a homossexualidade é “comportamental” e voltou a relacionar esta orientação sexual ao consumo de drogas.

“Com o passar do tempo, com as liberalidades, as drogas e as mulheres trabalhando, aumentou bastante o número de homossexuais”, afirmou a atriz americana Ellen Page.



Gay de direita, gay direito

4 h · 🌐

Aguardando os textões.

Créditos na imagem

#ViscondeDeAvon



Comunidades publicam com frequência posts em apoio a Bolsonaro e com críticas a Wyllys (Foto: Reprodução)

“Talvez ele tenha errado em algumas afirmações porque confundia ativismo com gays”, diz Hays. O arquiteto tem fotos com o deputado federal e seu filho Eduardo, também membro da Câmara, e já participou de um programa de televisão ao lado do parlamentar.

Ele diz que o político é “uma pessoa muito dócil, amiga” e o representa melhor do que Jean Wyllys, conhecido por atuar em defesa dos direitos LGBT.

A BBC Brasil procurou as assessorias de Bolsonaro e Wyllys, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

‘Discurso contraditório’

As críticas ao deputado do PSOL são frequentes e recaem sobre sua forma de defender as bandeiras LGBT, que os integrantes desse grupo consideram agressivas e exageradas.

“É inaceitável que as pessoas se orgulhem de um homossexual vestindo uma camisa de Che Guevara. Como a gente pode elogiar um cara que detestava homossexuais? Partidos de esquerda apoiam a Rússia e a Coreia do Norte, que perseguem homossexuais. É um discurso contraditório”, diz Estellita.

Uma das mulheres mais proeminentes desse grupo majoritariamente masculino é Karol Eller, de 29 anos, que também diz repudiar as atitudes de Wyllys.

“Ele não representa a classe e nunca me representou. Uma das ações mais feias foi quando cuspiu num parlamentar. Quer chamar a atenção dos homossexuais.”



Leonardo Estellita considera o discurso de políticos de esquerda 'contraditório' (Foto: Arquivo Pessoal)

Com quase 250 mil seguidores em sua página no Facebook, Eller conheceu Bolsonaro em maio, quando ficou uma semana em Brasília acompanhando a rotina do deputado: "Só não fui ao banheiro com ele".

Funcionária de uma empresa de viagens e promotora de eventos, ela diz que ganhou a passagem do trabalho e fez a visita a pedido de seus seguidores - boa parte deles é heterossexual, afirma.

Militância

A rejeição a Jean Wyllys como representante por parte destas pessoas se

estende também ao movimento LGBT como um todo. A militância é descrita por eles como “intolerante” e “promíscua”. Quem não quer participar do grupo é segregado, dizem.

“Quem na verdade está fazendo o discurso de ódio é essa minoria dentro do movimento. Apontam o dedo para gays que lidam com a situação de outra maneira. Se você não levanta bandeiras, não vai ser um deles”, diz Eller.

Lucas Lopes, criador da comunidade *Gay de Direita, Gay Direito*, que tem 2 mil membros no Facebook, menciona a “falta de foco” dos ativistas.

“Lutas LGBTs talvez algum dia serviram para alguma coisa, mas hoje não tem necessidade disso. Uma parada gay hoje só tem promiscuidade, são pessoas se beijando no meio da rua, fazendo sexo.”

Dono do blog *Minha Vida Gay*, que soma um milhão de acessos desde a sua criação, em 2014, o empresário Flávio Yuki diz que seus leitores reclamam da “pressão dos gays de esquerda”.

“Já ouvi no blog que os gays de esquerda estão muito chatos, muito radicais, e as pessoas começam a gostar do Bolsonaro.”

Para Adla Teixeira, professora da faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora sobre gênero e sexualidade, esse autoritarismo existe de fato. Ela explica que hoje há um radicalismo nos grupos militantes assim como nos religiosos.

“Tem um pouco de raiva desse excesso de oposição (feito pela militância). Esses gays são pessoas discretas, que têm o direito de não se envolver numa militância. Há dificuldade de aceitar que o outro pode não querer entrar (na luta).”

Já Richard Miskolci, professor de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e pesquisador do Núcleo de pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade, não vê autoritarismo no movimento LGBT.

“Usar esse adjetivo é uma estratégia da direita de atribuir a seus inimigos suas piores características. Como um político vinculado à ditadura militar e

que defende torturadores pode considerar 'autoritário' um defensor dos direitos humanos? Como movimentos nascidos da democratização poderiam ser autoritários?"

Direitos iguais?

Mais do que questionar a atuação do movimento LGBT, os "gays de direita" põem em xeque a necessidade de uma legislação voltada para os homossexuais.



Karol Eller passou uma semana acompanhando a rotina de Bolsonaro (Foto: Arquivo Pessoal)

A maioria dos entrevistados é contra a lei que criminaliza a homofobia - um projeto sobre o assunto foi arquivado pelo Senado em 2015 - e acha que a decisão do STF sobre o casamento homossexual já é suficiente. Para eles, criar leis específicas seria uma nova forma de segregação.

“Já temos direitos iguais nessa matéria de união civil. Perante o Estado é igual. Não posso obrigar que uma igreja faça um casamento. Não tem mais necessidade, morreu em 2013”, diz Hays.

Sobre a lei que criminaliza a homofobia, ele diz que agressões contra qualquer pessoa já são punidas. “Interessa que o agressor seja punido, não interessa a situação, se é gay ou mulher.”

Além disso, parte dos que se identificam com posicionamentos mais conservadores têm restrições à adoção de crianças por casais homossexuais.

Alguns até consideram que uma família formada por dois homens ou duas mulheres têm mais chances de afetar sua orientação sexual.

“Há pessoas que não têm condições de adotar, porque vão fazer com que as crianças cresçam sexualizadas, sejam abusadas sexualmente. A gente vê casos assim”, diz Junior Oliveira, frequentador destas comunidades.

Ter acesso a uma legislação específica não é um privilégio, pondera José Reinaldo Lopes, professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP), mas uma concessão de recursos a quem em situações normais não consegue exercer seus direitos.

Ele cita o caso dos transexuais, que têm mais dificuldade de alterar seu nome em comparação com outras pessoas, segundo uma pesquisa feita pela universidade. Um caso assim demanda uma lei que conceda direitos explícitos a esse público.

“A lei vem para compensar um preconceito que vem da sociedade. Hoje, não temos uma situação de igualdade. O importante é que haja condições para que todos exerçam direitos considerados universais. E várias leis fazem isso”, diz Lopes.



Smith Hays com Bolsonaro, que já encontrou algumas vezes e diz ser uma “pessoa dócil e amiga” (Foto: Reprodução)

‘Momento conservador’

Gays defendendo posições conservadoras quanto ao avanço de direitos LGBT é algo que pode causar estranhamento em algumas pessoas.

No entanto, especialistas ouvidos pela reportagem explicam que, apesar de ser algo novo no Brasil, isso já ocorre em outros países, com “os republicanos gays nos Estados Unidos e, em certa medida, também na Europa”, segundo Lopes.

“A orientação sexual não determina ideologia política”, diz o professor da USP.

A afirmação pode parecer óbvia em outros lugares, mas não no Brasil, onde se costuma relacionar a militância LGBT com posições de esquerda.

Segundo a professora Vera Lucia Marques da Silva, pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os partidos de esquerda - e especialmente o PT - abraçaram a causa LGBT.

Até 2007, todos os discursos a favor de direitos de homossexuais feitos na

Câmara vieram de parlamentares de esquerda, “principalmente os petistas”, de acordo com uma análise feita por ela.

Portanto, o que causa surpresa não é exatamente a adoção de um discurso de direita, mas a aproximação de figuras como Bolsonaro.

Marques atribui essa tendência ao “momento conservador” pelo qual o país passa. Por sua vez, Miskolci menciona a escalada de “discursos fundamentalistas religiosos” desde as eleições de 2010.

Ele ainda avalia que certos segmentos do público LGBT podem se identificar com a pauta mais conservadora para se distanciar de estigmas.

“O desejo de parecer ‘bom cidadão’ e se dissociar dos que sofrem preconceito gera uma despolitização desses sujeitos, os quais preferem uma pauta moral a uma política.”

‘Uma pessoa qualquer’

Menções sobre normalidade e a necessidade de manter sua vida sexual entre quatro paredes, longe dos olhos do público, são recorrentes entre os membros desse grupo. É justamente por tratá-lo como “uma pessoa qualquer” que Hays, por exemplo, diz apreciar Bolsonaro.

“De gays, a gente quase não fala. Ele me trata como um ser humano, como qualquer pessoa. Se eu pisar na bola com ele, vai me tratar mal. Assim como tem que ser em qualquer relação.”

A relação do arquiteto e o deputado é ilustrada por selfies que Clóvis posta em seu Facebook. Em uma delas está em um carro entre Jair e Eduardo Bolsonaro e os três sorriem.

Com mais de 4 mil curtidas, a imagem traz a legenda: “Homofobia total rolando por aqui (risos)”.

Ingrid Fagundez e Rafael Barifouse

Acesse no site de origem: [O que pensam os homossexuais que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys \(BBC Brasil, 08/06/2016\)](#)

A farsa da “ideologia de gênero”, por Jean Wyllys

(Folha de S. Paulo, 15/03/2016) Há situações em que os esforços para invisibilizar ou deturpar um assunto acabam por afirmá-lo e ampliar sua circulação. É como diz a letra da canção: “Peço tanto a Deus/ Para lhe esquecer/ Mas só de pedir me lembro”. Gênero, equidade de gênero e identidade de gênero estão nessa categoria.

O processo da transexualização público de Thammy Miranda, a história do escritor João Nery e a recente decisão de um juiz de permitir a alteração de registro de uma menina transgênero no Brasil são exemplos recentes de luzes atravessando a barreira que as forças políticas lhes impõem.

“Ideologia de gênero” é a expressão cunhada por fundamentalistas religiosos para deturpar o debate acerca de equidade e identidade de gênero -como se essa agenda representasse a abolição da diferença biológica entre os sexos- e, assim, enfraquecer a luta por direitos das pessoas transexuais e das mulheres em geral.

Apesar dos esforços para banir essas questões da agenda republicana, o tema está emergindo com força até mesmo em Hollywood. O filme “A Garota Dinamarquesa”, vencedor do Oscar de melhor atriz coadjuvante (Alicia Vikander), ainda em cartaz no Brasil, narra ao grande público as desventuras da pintora transexual Lili Elbe, uma das primeiras pessoas a se submeter a uma incipiente técnica cirúrgica de redesignação sexual.

A história de Lili Elbe evoca as de um número crescente de pessoas que lutam por visibilidade e respeito. São aqueles e aquelas que correspondem ao T da sigla LGBT: travestis e transexuais (ou transgêneros). Assim como Lili Elbe, são pessoas equivocadamente classificadas como portadoras de “disforia de gênero” ou de outros transtornos psíquicos, numa patologização

que acarreta violências simbólicas e físicas.

Uma confusão cada vez mais estimulada por esses setores é a que se faz entre orientação sexual (De quem eu gosto? Quem eu desejo?) e identidade de gênero (Quem eu sou para mim mesmo? Como me vejo ou me percebo no mundo do qual faço parte?).

Recentemente o público do “Jornal Nacional” conheceu a história de um menino de nove anos que conseguiu, por meio da Justiça e com o consentimento e a compreensão dos pais, retificar seu registro civil para que fosse reconhecido, legalmente, como menina, pois desde os primeiros anos de vida identificava-se com o gênero feminino.

Apesar de respeitosa, a reportagem não fez qualquer ligação com o recente debate que varreu o país em torno da referência à identidade de gênero nos planos nacional e municipais de educação.

Também não citou o projeto de lei João Nery, de minha autoria, atualmente em debate na Câmara, alvo de deturpação por fundamentalistas religiosos que me acusam de querer “obrigar criança a mudar de sexo” ou “a virar gay”.

O foco principal do projeto, cujo nome homenageia o escritor nascido mulher que passou por operação de mudança de sexo em 1977, é reconhecer a identidade de gênero como um direito.

O projeto prevê que o (a) jovem trans -e não “qualquer criança”- deverá ter acesso à Justiça quando um de seus responsáveis se opuser ao seu desejo expresso de iniciar o processo de transexualização, que inclui procedimentos como o uso de bloqueadores de hormônios, terapia hormonal, cirurgias plásticas, implante de seios, mamoplastia, depilação a laser, entre outros.

Alguém pode imaginar o sofrimento de uma pessoa que começa a sentir os sinais da puberdade, a barba ou os seios crescendo, quando isso parece estar em completo desacordo com quem ele ou ela acha que é?

A cirurgia de redesignação sexual nem sempre é um anseio da pessoa transgênero. Ela deseja, antes de tudo, ser tratada pelo nome com o qual se

identifica, ter a documentação condizente com sua identidade social e ser respeitada.

Tentar varrer da agenda pública as questões de gênero põe em dúvida se de fato estamos sob um Estado democrático e laico, do qual todos dependemos para exercer nossas liberdades e nossos direitos.

Jean Wyllys é deputado federal pelo PSOL-RJ

Acesse o PDF: [A farsa da “ideologia de gênero”, por Jean Wyllys \(Folha de S. Paulo, 15/03/2016\)](#)

Burrice que mata, por Jean Wyllys

(Carta Capital, 26/02/2016) *A sociedade precisa entender que o discurso de intolerância sanciona a violência homofóbica*

O fundamentalismo religioso e o fascismo estão atingindo níveis realmente assustadores. No município de Nova Iguaçu (RJ), a Câmara Municipal aprovou uma lei absolutamente inconstitucional que proíbe a divulgação, exposição e distribuição de livros (sim, livros!), cartazes, filmes, faixas ou materiais didáticos que contenham informações sobre diversidade sexual, combate à homofobia e direitos dos homossexuais, entre outros temas, nas escolas da rede municipal.

Leia mais: [A homofobia em primeira pessoa \(El País, 28/02/2016\)](#)

Você deve estar se perguntando se eu acabei de inventar isso ou se é notícia do site de humor *Sensacionalista*. Não, infelizmente, não. A “lei” foi sancionada pelo prefeito e publicada no *Diário Oficial*.

Enquanto isso, no Recife, o vereador Carlos Gueiros, do PSB (o partido do

falecido Eduardo Campos), propôs a realização de uma queima de livros (vou repetir: queima de livros!) que tratem da diversidade sexual.

Tudo isso acontece pouco depois de, no Rio de Janeiro, um secretário de Direitos Humanos (já felizmente exonerado do cargo) ter feito declarações anticientíficas e discriminatórias sobre a homossexualidade; e de diversas câmaras de vereadores e prefeituras terem sofrido a pressão da ala reacionária da Igreja Católica e das igrejas neopentecostais para eliminar toda referência a gênero nos planos municipais de educação.

Até mesmo a palavra “transversalidade” - um conceito usado para fazer referência a uma prática pedagógica que nada tem a ver com a sexualidade - foi banida em algumas cidades porque vereadores ignorantes (a maioria ligada a igrejas evangélicas fundamentalistas) achavam que o prefixo “trans” se referia a travestis é transexuais.

Resta alguma dúvida de vivermos a ascensão do império da estupidez motivada?

Todo relato anterior não passaria de uma piada (afinal, qual é o valor dessas leis absurdas? Será que se eu for lançar meu último livro, *Tempo bom, tempo ruim*, em uma escola de Nova Iguaçu, o prefeito vai mandar a Guarda Municipal me prender?) se não houvesse a legitimação institucional e política do discurso de ódio, que tem como consequência última o aumento da violência.

Cada vez que uma barbaridade dessas acontece nas casas legislativas estaduais, municipais e federal, novos casos de violência dura contra pessoas LGBT se sucedem. É só repassar as notícias diárias para constatar o que afirmo.

Apenas nesta semana, tivemos dois casos terríveis. Em Itanhaém (SP), Priscila da Costa, de 25 anos, foi assassinada a tiros na frente da namorada após reagir aos insultos homofóbicos num bar; em São José dos Campos (SP), um estudante do segundo ano do ensino médio foi agredido com pauladas, socos e chutes por outros estudantes na porta da escola.

O recrudescimento da violência homofóbica (termo que já ganhou

textualidade social e se refere a mais do que seu sentido técnico estrito, incluindo as violências contra os membros da comunidade LGBT como um todo, sendo, óbvio, as travestis e mulheres e homens trans pobres os mais vulneráveis) se reproduz num contexto de excessiva polarização política, reacionarismo no poder Legislativo (não só no Congresso Nacional, mas nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores), demonização da agenda política progressista e humanista, ataques às liberdades civis, crescimento do fundamentalismo religioso e do fascismo - todo esse obscurantismo associado ao crescente acesso de pessoas às novas tecnologias da comunicação, que, apesar dos benefícios que nos trazem, também favorecem a desinformação, o declínio do bom senso e a difamação de pessoas.

É óbvio que, num contexto assombroso desses (agravado pela crise econômica mundial e pelo fim da festa do consumo e da “fartura” promovida pelos anos do lulo-petismo), as primeiras e preferenciais vítimas são sempre os grupos historicamente odiados e difamados por conta de preconceitos profundamente arraigados na alma de uma maioria que nunca teve acesso, de fato, a uma educação de qualidade nem às artes vivas, porque o sistema político nunca permitiu.

E se é verdade que a identidade de classe e/ou étnica (o fato de uma pessoa ser pobre e/ou negra de pele preta) amplia a vulnerabilidade do sujeito LGBT (uma mulher negra lésbica e pobre é mais vulnerável que um homem gay branco e pobre), não é menos verdadeiro que a homofobia se expressa em todas as classes sociais e que o fato de uma pessoa ser negra e pobre - logo, vítima de discriminações negativas por conta dessas identificações - não a torna automaticamente solidária ou empática em relação aos homossexuais e transexuais (são frequentes os relatos de violência homofóbica, inclusive doméstica em bairros de periferias, favelas e bolsões de miséria).

A homofobia é um problema sério. Os organismos internacionais de Direitos Humanos há anos cobram, do Estado brasileiro, uma resposta eficaz contra esse mal em todas as suas nuances.

Se a era FHC foi absolutamente negligente em relação a essa questão, a era Lula-Dilma foi pouco além dos discursos bem-intencionados e, para nosso mal, acabou por empoderar os inimigos dessa agenda.

Ao fim e ao cabo, a situação pouco mudou para nós. Aqueles que prometiam uma mudança que incluiria a todos e todas, que garantiria direitos, que valorizaria a diversidade e dignificaria a vida dos sempre oprimidos pouco fizeram de fato e acabaram, em função da governabilidade, aliando-se aos algozes daqueles que continuam sendo humilhados e morrendo, cada vez com mais violência.

As pessoas heterossexuais de bom-senso e não contaminadas pela estupidez motivada nem fascismo galopante precisam se dar conta de que este não é só um problema da comunidade LGBT.

Já sabemos aonde foram parar os queimadores de livros na Alemanha nazista, também enfrentando crise econômica à época. Lá também suas vítimas primeiras e preferenciais foram os judeus, os homossexuais e os comunistas, mas hoje sabemos que toda a sociedade europeia pagou um preço alto por ter, a princípio, quando as vítimas do nazismo eram tão somente os grupos difamados, feito vistas grossas à ascensão da burrice que mata.

Acesse no site de origem: [Burrice que mata, por Jean Wyllys \(Carta Capital, 26/02/2016\)](#)

Senado discute ampliação do direito ao aborto pelo SUS

(Rede Feminista de Saúde, 11/08/2015) Um verdadeiro clima de torcidas de futebol instaurou-se no Senado, em 6 de agosto, durante a audiência pública interativa sobre a Sugestão Legislativa (SUG) que regula a interrupção voluntária da gravidez até a décima segunda semana de gestação pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tanto que o senador João Capiberibe, moderador da mesa, chegou a lembrar o público do auditório que não se tratava de um “fla-flu”, mas de um debate profundo. De um lado, estavam

aqueles que se intitulam “pró-vida”, formado por padres e militantes religiosos, de outro, as mulheres de instituições feministas que formam a Frente Nacional pela Legalização do Aborto e tratam o tema como questão de saúde pública e de direitos humanos das mulheres. É a terceira audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos para discutir a proposta de projeto de lei que recebeu mais de 20 mil assinaturas. O próximo debate deverá ocorrer em 24 de setembro.

Leia também: [Direito ao aborto legal e seguro como tema da democracia, por Sônia Corrêa](#)

A sociedade pôde assistir pela TV Senado ou Internet e participar por meio de perguntas por e-mail. Dois homens e duas mulheres contrários e quatro mulheres favoráveis ao projeto de lei expuseram suas argumentações. A intimidação em tom de cruzadas contra as feministas marcou o início do debate, entretanto o entusiasmo do grupo de religiosos, que estava em grande maioria, foi enfraquecendo paulatinamente diante da fundamentação feita pelas mulheres favoráveis à regulamentação.

Pela legalização, estavam Sônia Corrêa, representante do Observatório de Sexualidade e Política, Tatiana Lionço, Conselheira do Conselho Regional de Psicologia/DF e integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico, Débora Diniz, professora da Faculdade de Direito da UNB e pesquisadora do Instituto de Bioética e Márcia Tiburi, filósofa e professora da universidade Mackenzie. No lado contrário, falaram David Kyle, o diretor do documentário “Blood Money”, Viviane Petinelli e Silva, representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil, o padre Paulo Ricardo e a vereadora do PSOL, Heloísa Helena.

O primeiro a falar foi o diretor do documentário panfletário que, segundo a crítica, tratou o tema com parcialidade e recusou o debate profundo. Antes de sua fala, foram exibidos trechos do filme, que reúne depoimentos de padres, médicos e mulheres para satanizar a lei que legalizou a prática nos Estados Unidos há 40 anos. David acusou os programas do país de persuadir mulheres a interromperem a gravidez indesejada e de fomentar a indústria do aborto visando apenas o lucro. Destacou que o aborto traz muitos riscos à mulher, como depressão e suicídio, e que por isso não deveria ser uma opção.

“Vocês têm uma oportunidade aqui no Brasil de debater essa questão. Nos EUA tivemos o aborto imposto à sociedade. A verdade é que o aborto é ruim e perigoso. Essa é a Comissão dos Direitos Humanos e o primeiro direito humano é a vida”, afirmou ele defendendo os direitos humanos do feto.



Tatiana Lionço, que devido ao seu posicionamento libertário já foi vítima de campanhas difamatórias pelo deputado Jair Bolsonaro, teve sua fala interrompida pelos religiosos que não paravam de fazer piadas. “O riso é livre”, gritou um deles. “Milhares de mulheres recorrem ao aborto no Brasil. Não se trata de ideologia, mas sim de um fato social. É absurdo e nocivo o tratamento dado às mulheres pelos parlamentares brasileiros. É muito grave o processo de criminalização contra o ativismo político, como a CPI do Aborto, que reduz a luta feminista a crime. Por nós, pelas outras e por mim, espero que possamos chegar a um marco legal justo, considerando toda a pluralidade do conjunto da sociedade”, afirmou ela, mesmo diante das tentativas de intimidação. Um dos jovens religiosos, com cerca de 20 anos, bravejou: “o estado é laico, mas não é ateu.”

Mulheres comuns fazem aborto



Débora Diniz pediu tranquilidade para tratar o tema e recorreu às pesquisas para embasar a defesa da legalização: uma em cada cinco mulheres já realizou pelo menos um aborto até os 40 anos. No Brasil, sete milhões e 400 mil mulheres, entre 18 e 39 anos, já realizaram o procedimento em algum momento da vida. “Essas mulheres deveriam estar no sistema penal brasileiro. É disso que estamos falando aqui”, afirmou. Segundo ela, a criminalização da prática faz do aborto uma questão de calamidade pública, visto que 50% das que abortam “finalizam” o procedimento no hospital público, onde “algumas morrem, outras sangram”. “Elas aprendem a regra do silêncio, a desconfiar de quem deveria protegê-las: os seres de jaleco branco ou os homens de batina preta”, pontuou ao detalhar o itinerário das mulheres que abortam no Brasil e não podem contar com o serviço público e muito menos com a igreja.

Segundo ela, as mulheres que abortam são “comuns”, têm filhos, companheiros e religião. Entretanto, para os que defendem a vida do embrião, o aborto é prática somente da outra: a puta, a adolescente, facilmente taxadas de inconstantes, irresponsáveis e de sexualidade frívola. “Não estamos falando aqui de infanticídio, mas de um embrião até as 12 semanas no útero de uma mulher: a puta, a adolescente, essas que povoam o imaginário desses contrários à legalização. A mulher comum, a adolescente e a puta são todas mulheres comuns. Fiz uma falsa classificação somente para provocar o absurdo dos nossos regimes de julgamento moral. O aborto fala de nós, de vocês, mulheres comuns. Falar de aborto é falar de uma necessidade de saúde da mulher. É a lei penal que mata, interna e sangra essas mulheres”, finalizou.

Regulamentação como democracia

Sônia tratou o aborto como questão de democracia e defendeu que o debate sobre o tema é um caminho para o aprofundamento do sistema democrático no país e que a consolidação deste direito humano das mulheres está relacionada à existência e aprimoramento do Estado de Direito. Segundo ela, a perspectiva feminista que reivindica os direitos humanos das mulheres repudia as leis e políticas compulsórias do aborto, assim como medidas estatais que coagem as mulheres à procriação compulsória. Sônia explicou que a igualdade entre os gêneros é reconhecida como um forte indicador de desenvolvimento humano e democrático.

Ela traçou uma linha histórica para evidenciar que a lei penal não acompanhou os avanços da sociedade nos direitos às mulheres. No início do século 20, quando as leis que criminalizam o aborto foram adotadas, as mulheres estavam excluídas dos direitos de cidadania. Nos anos 30 e 40 foram reconhecidos os direitos ao voto e ao trabalho, porém as restrições reprodutivas foram mantidas. “A restrição coíbe participação plena das mulheres na sociedade e causa um déficit democrático. Esse não é um debate trivial, exige respeito e abertura ao diálogo”, afirmou.

A falsa dualidade “pró-vida x pró-aborto”



Para vencer a dualidade entre pró-vida e pró-aborto, Márcia Tiburi fez uma análise filosófica sobre o que chamou de discurso “cínico da dominação machista” que sustenta a ilegalidade da prática. “Aborta-se as mulheres para que elas não abortem”, afirmou referindo à alienação das mulheres sobre seu próprio corpo, proposta em um pseudo-debate. “Difícilmente alguém se afirmará favorável ao aborto em si (...). A assimetria entre defesa do aborto e defesa da legalização do aborto é a questão que precisa ser revista para não cairmos na simples defesa da ilegalidade. Portanto, é a sustentação da ilegalidade promovida pelos sacerdotes da moral o que devemos questionar hoje”, propôs.

Márcia afirmou que a questão do aborto está “enredada no círculo cínico da estrutura social machista sociedade”, cuja principal característica é um acordo de fingimento entre enganados, aqueles que fingem não fazer, e enganadores, aqueles que falam contra. “Todos sabemos que mulheres de todas as classes sociais, idades e, inclusive, credos, fazem abortos, e muitas fingem não fazer, pois o ônus da verdade é muitas vezes impagável”, afirma.

Ela citou ainda as falácias mantenedoras do círculo cínico, por meio das quais se consegue o lucro moral, destacando como mais importante a falácia da ordem do discurso. “Em um país de pessoas analfabetas, inclusive as mulheres, e de corrupção desmedida, em termos morais, estão garantidos os votos, o dízimo e o consumo em geral”, afirmou a filósofa causando desconforto e vaias pela torcida contrária.

Adoção como solução

A representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil, Viviane Petinelli e Silva, convidou o público a refletir sobre os impactos sociais e econômicos da regulamentação para as instituições, entre eles o desembolso anual pelo Estado de R\$ 510 milhões para o procedimento, o equivalente a 3% do orçamento do Ministério da Saúde, enquanto o programa Rede Cegonha dispõe de apenas R\$290 mil. A representante defendeu que a legalização não trará resultados “positivos” para a sociedade e que, entre outras consequências, irá prejudicar o bônus demográfico vivido pelo país - de ápice da população ativa - e que as mulheres iriam “colher as consequências” mais tarde, quando precisassem do sistema previdenciário.

Ao final, ela deu a receita pronta para a questão: investir o recurso que se destinaria ao procedimento no SUS em educação de adolescentes e jovens, em centros de adoção e apoio à mulher com gravidez indesejada e em programas de planejamento familiar. Em última instância, no caso de todas as tentativas de educação e métodos falharem, sugeriu a entrega dos filhos para a adoção. “Essa é a saída para não prejudicar social e economicamente o nosso país. A gravidez indesejada é o problema que se resolve com planejamento familiar e educação sexual. Hoje, eu represento 35 mil pessoas que assinaram o abaixo-assinado em favor da vida. Nós queremos sim nossas mulheres vivas, mas também queremos nossas crianças vivas”, finalizou ela, que começou falando em números.

Questão de saúde pública é contestada

Heloísa Helena iniciou sua fala dizendo que tem posição contrária à de Viviane, em relação aos aspectos econômicos, entretanto concorda com a não ampliação da legalização do aborto. Para ela, tratar o aborto provocado como um problema grave de saúde pública é “cinismo, demagogia e malabarismo técnico”. Isso porque, segundo ela, são registrados anualmente apenas cerca de 140 casos de morte por aborto provocado, equivalente a 0.03% dos óbitos de mulheres no Brasil, sendo 1610 maternas e 470.835 no total. “Não estou discutindo religião, até porque o fanatismo, seja das religiões ou ateísmo, promoveu histórias lamentáveis. O debate é sobre essa coisa maravilhosa que é a vida humana. Não adianta debater prazos, essa vida humana intra-uterina não pode ser deixada de lado diante de nove meses de existência de uma mulher adulta. No Brasil, existem mecanismos objetivos que não obrigam a mulher a amar e a criar”, afirmou.

Estado laico é maracutaia para padre



“Eu gostaria que vocês abstraíssem a batina de quem vos fala. Estou aqui como cidadão brasileiro, não para ler a bíblia e o catecismo, mas para argumentar racionalmente como todos nós seres humanos racionais, pelo bem e futuro do país”, assim iniciou sua fala o padre Paulo Ricardo em resposta à provocação feita pela pesquisadora Débora. Ele disse que as

defensoras da legalização estão sendo manipuladas pelas fundações internacionais e as convidou para se integrarem aos “pró-vida”. Assinalou ainda que a busca pela regulamentação depois dos anos 70 pelas fundações trata-se de “engenharia social” e que os dados do SUS indicam apenas R\$ 100 mil procedimentos de curetagem ao ano. “Importante entender, desculpe Dra. Débora, não se trata de embrião, mas de um feto plenamente desenvolvido. Não é uma bola de sangue, é um ser humano”, afirma.

Segundo ele, o investimento de fundações, como a Ford, em legalização do aborto, nas décadas de 50 e 60 tem origem na preocupação com o crescimento populacional e não com os direitos das mulheres. Afirmou que os fundadores revelaram em um relatório que investiam errado em questões médicas e passaram a investir em sociologia para moldar o comportamento das pessoas. “Basta ler os relatórios das fundações internacionais, não estou falando de catecismo, mas de documentos e não me venham com nhenhênem de laicidade do Estado, porque isso é maracutaia”, finalizou o padre, “representante de uma das mais poderosas, ricas e manipuladoras fundações internacionais da história, o Vaticano” ([como analisou Lola em seu Blog Lola Escreva](#)).

As contradições dos “pró-vida”



Depois da exposição da mesa, a fala foi dada aos parlamentares que se posicionaram contra a regulamentação. O deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), repetindo a mesma fala feita na segunda audiência, lembrou que foi vítima de uma tentativa de aborto e que sua mãe, na época dona de uma clínica clandestina, tem problemas psicológicos até hoje em função disso.

O único que saiu em defesa do projeto foi Jean Wyllys (PSOL-RJ) que, contrariando sua colega Heloísa Helena, tratou a questão como saúde pública e afirmou que o partido já decidiu apoiar a legalização. “A sociedade quer tutelar e legislar sobre o corpo da mulher. Vocês gostem ou não, as mulheres continuam a recorrer ao aborto. Não há Estado que impeça. Essas mulheres são casadas e excelentes mães. A grande maioria pobre e negra. Os parlamentares ‘pró-vida’ homens usam muita energia para tutelar o corpo da

mulher e pouca contra a cultura de morte da homofobia, da indústria armamentista e da desigualdade social”, afirmou o legislador.

Ao final da audiência, o deputado questionou o padre Paulo Ricardo em tom de ironia: “o senhor continua explorando crianças, deixando elas no sol segurando placa anti-aborto?”.



Por Paula Guimarães

Mais sobre a audiência e as tentativas de intimidação contra as feministas:

[A experiência de uma audiência sobre aborto no senado, por Jarid Arraes \(Portal Fórum, 06/08/2015\)](#)

[Sugestão legislativa retoma a pauta sobre aborto no Senado \(GGN, 07/08/2015\)](#)

[Percepções minhas sobre audiência no Senado sobre aborto \(Escreva Lola escreva, 07/08/2015\)](#)

[O Círculo Cínico e as Falácias sobre a Legalização do Aborto \(Revista Cult, 06/08/2015\)](#)

[Um duelo sobre aborto no Senado \(Território de Maíra/CartaCapital, 06/08/2015\)](#)

Acesse no site de origem: [Senado discute ampliação do direito ao aborto pelo SUS \(Rede Feminista de Saúde, 11/08/2015\)](#)

Seminário LGBT discute propagação de ódio na internet -

Brasília, 20 e 21/05/2015

(Câmara dos Deputados, 18/05/2015) A Câmara dos Deputados promove, na quarta e na quinta-feira desta semana (20 e 21), o 12º Seminário LGBT do Congresso. Com o tema “Nossa vida d@s outr@s - A empatia é a verdadeira revolução”, o evento discutirá como não só a população LGBT, mas também os negros, as pessoas com deficiência, os estrangeiros e os mais pobres, além de outras minorias historicamente difamadas, são alvo de ódio e discriminação.

Entre os assuntos que serão discutidos estão o monitoramento de redes sociais, crimes cibernéticos, bullying, expressão letal da injúria e da difamação, liberdade de expressão e discursos de ódio, e o papel das famílias na promoção da tolerância e do respeito.

O seminário é realizado por três comissões da Câmara (Legislação Participativa; Cultura; e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) a pedido dos deputados Jean Wyllys (Psol-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), Glauber Braga (PSB-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP) e Luciana Santos (PCdoB-PE).

“Na teoria, viver nossas vidas como desejamos e respeitar o direito do outro de viver segundo suas crenças seria a premissa básica de uma sociedade harmoniosa. Mais do que nunca, vemos que isso não é necessariamente verdade. Em tempos de tanto sentimento negativo, torna-se mais do que nunca necessário ‘estar pelo outro’, ‘colocar-se no lugar do outro’, ‘lutar pelo direito do outro’ - ou, em português claro, exercitar a empatia”, diz o requerimento dos deputados.

O evento ocorrerá no auditório Nereu Ramos.

Programação:

Quarta-feira, 20

10h às 12h - Mesa de abertura

Convidada especial: Daniela Mercury

12h às 14h - Intervalo para almoço

14h às 17h - Mesa 1: “Ódio nas redes” - Que sentimentos você propaga na web? Pare. Pense. Poste.

Raquel Recuero - jornalista, professora e pesquisadora das áreas de redes sociais e comunidades virtuais.

Pastora Romi Bencke - secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Quinta-feira, 21

9h às 12h - Mesa 2: “Ódio na carne” - A agressão além do verbo/A expressão letal da injúria e difamação.

Márcia Tiburi - filósofa e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie.

Cláudia Pereira Dutra - secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação

Luma Andrade - professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Irina Bacci - diretora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

12h às 14h - Intervalo para almoço

14h às 17h - Mesa 3 - “Mais amor, por favor!” - Tolerância, respeito e diferenças.

Viviane Mosé - poetisa, filósofa, psicóloga e psicanalista. Mestre e doutora em filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Clara Araújo - ativista do transfeminismo. Estudante de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco

Ana Lúcia Lodi - história positiva de amor

Pedro HCM - idealizador do canal de humor Põe na Roda, composto por jovens LGBT

Da Redação - DC

Acesse no site de origem: [Seminário LGBT discute propagação de ódio na](#)

Homofobia: novo Projeto de Lei retoma mobilização no Congresso

(Rede Brasil Atual, 18/05/2015) Número crescente de assassinatos de homossexuais no País aponta urgência de debate pela sociedade; Organização Grupo Gay Bahia (GGB) registra 326 mortes de gays, travestis e lésbicas em 2014

Depois de oito anos, o debate sobre a criação de uma lei de criminalização da homofobia avança com dificuldade no Congresso. Em janeiro deste ano, o Projeto de Lei 122, chamado PL da Homofobia, acabou arquivado no Senado. Para os defensores da criação da lei, a esperança reside no novo projeto de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS). O projeto 7582/2014 está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e tipifica crimes de ódio, preconceito e intolerância contra diferentes grupos.

Os números da violência contra a população LGBT apontam, de fato, para a urgência de uma ampla discussão sobre o assunto pela sociedade civil. De acordo com o Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil, elaborado pela organização Grupo Gay Bahia (GGB), em 2014, foram registradas 326 mortes de gays, travestis e lésbicas, incluindo nove suicídios. O número é 4,1% maior do que o registrado no ano anterior, quando foram contabilizadas 313 mortes. Uma média de um assassinato a cada 27 horas.



“O Brasil é um dos campeões dos crimes de ódio, da lesão corporal motivada pela homofobia”, afirma o deputado federal Jean Wyllis (PSOL-RJ). De acordo

com Wyllys, não há dúvida sobre o fato de que a homofobia no Brasil é um fenômeno social e carrega “uma expressão letal” para a população LGBT.

O parlamentar observa que a homofobia deve ser enfrentada não apenas com a aplicação e ampliação de penas para os criminosos. “Queremos uma criminalização consoante com o Direito Penal Mínimo. Queremos que a injúria homofóbica, por exemplo, não seja punida com prisão. Por que a gente sabe quem vai parar na prisão: os pobres, as pessoas que não tiveram educação”, explica Jean Wyllys.

“Queremos punição com medidas socioeducativas e medidas pecuniárias, no caso de estabelecimentos comerciais que discriminem a população LGBT”, defende. Jean Wyllys aponta também para a necessidade de adoção de políticas públicas de educação e cultura para incluir socialmente a população LGBT e combater o chamado bullying homofóbico. “São políticas para que as famílias homoafetivas sejam reconhecidas e gozem de proteção legal. Essas políticas também devem incidir sobre as representações da homossexualidade nos meios de comunicação”, esclarece.

Seminário

O deputado é um dos participantes da 12ª edição do Seminário LGBT, que será realizado nos dias 20 e 21 de maio na Câmara. O foco do seminário será a empatia, “um sentimento político fundamental”, de acordo com o Wyllys. “A empatia permite que a gente se coloque no lugar do outro”. Para o parlamentar, a importância do tema da empatia encontra ressonância com o momento de grande polarização política vivido no País. “Os ódios afloraram”, observa.

Acesse no site de origem: [Homofobia: novo Projeto de Lei retoma mobilização no Congresso \(Rede Brasil Atual, 18/05/2015\)](#)